

Corpos grafemáticos: o silêncio do subalterno e a história literária*

Roberto Vecchi

Recebido 08 mar. 2008 / Aprovado 27 abr. 2008

Resumo

*Será possível repensar no espaço da história literária, que já em si, pela estrutura própria do cânone, se articula a partir de jogos de forças e instâncias de poder, introduzindo conceitualmente o oco de representação do subalterno, para questionar, assim, a determinante do poder – e do biopoder – sobre as representações literárias? O gesto problematizador, limitando-se a alguns estudos de caso (os romances *Os sertões de Euclides da Cunha* e *A menina morta de Cornélio Penna*), mas com o intuito mais amplo de pensar em novos moldes para uma historiografia literária antagonista, tenta responder à questão, detendo-se sobre as tentativas engajadas que já foram feitas para incorporar na crítica o homo sacer, o excluído. É evidente que, em inúmeros casos, as intenções de resgate se embateram em impasses trágicos de inviabilidade da representação, a não ser por uma “escuta” de uma voz sincopada de rastos resistentes amalgamados nos textos. Assume-se, nessa perspectiva, ainda, o critério da relação entre história e história natural que talvez possa deixar emergir, em suas tensões, alguns restos das relações de poder implicadas pela representação.*

Palavras-chave: *Subalternidade. História literária. Corpos grafemáticos. Os sertões. A menina morta.*

* O presente texto retoma uma comunicação apresentada no simpósio temático *(Re)configurações literárias dos espaços nacionais/regionais*, no âmbito do X Congresso da ABRALIC no Rio de Janeiro em 2006, depois nunca publicado.

“– A questão é de saber
se uma palavra pode significar tantas coisas
– Não, a questão é de saber
quem manda.”
(Francisco Alvim, “Conversa de Alice
com Humpty Dumpty”)

Qual o sentido de introduzir o conceito de poder, que pertence mais a uma esfera própria dos estudos culturais, na reconfiguração de uma historiografia literária? Ou é mais uma distorção que em tempos de esgotamento de grandes narrativas procura reativar nostalgicamente tensões discursivas que se desfibraram ao longo dos anos? Ou ainda se trata de mais uma dobra crítica dentro da qual se esconde uma disjunção opositiva: ou seja, a de como a literatura é poder, no sentido em que o próprio cânone literário se institui com uma função sacralizadora, insitucionalizante das representações e discrimina, antes de tudo, o que é e não é literatura, hierarquizando-a em gêneros e subgêneros? Portanto, introduzindo o conceito de poder, se cria uma espécie de jogo de forças em que a pertinência das relações críticas acabaria por ser suprida por uma limitada disputa sobre a primazia da crítica cultural sobre a crítica literária ou vice-versa?

A impressão que se tem é que, mais uma vez, na realidade e no contexto literário em questão – sem querer introduzir qualquer reducionismo sociológico – pelo menos nessa circunstância, uma reflexão pautada a partir de uma conceitualização de poder tem raízes profundas, configurando uma espécie de “diferença” Brasil – como aprendemos de grandes aulas como as de Antonio Candido ou de Roberto Schwarz, contaminando as projeções literárias, ou melhor, tornando-as oportunamente históricas e impuras, o que permitiu estudá-las a partir de um determinado ângulo agudo sócio-histórico.

E, na verdade, não foram poucas as abordagens com pendor historicista que se debruçaram sobre o *corpus* – em todos os sentidos – da história literária brasileira. Isso se dá, também por questões de referenciais históricos específicos, como no caso do autoritarismo, que tenta colocar a preocupação com as forças explícitas ou ocultas do poder sobre a representação. No projeto que, desse ponto de vista, marca uma diferença para todo o contexto sócio-cultural do autoritarismo que lhe serve de referência, pode-se destacar *Os pobres na literatura brasileira*, por exemplo, em que há um intuito de inscrever a classe em um projeto de uma contra-historiografia literária. É como se, de acordo com Gramsci (na leitura recanonizadora de Edward Said, 2002), não só onde há história há classe, mas, em situação de engajamento, pode-se pensar em uma “estética radical” (SCHWARZ, 1983, p. 8) que convertesse o conceito em outro: onde há história literária também há classe. O que parece de imediato compreensível, pelo fato de

que a literatura, como instituição, com a função sacralizadora que a demarca, é sempre aparentemente representação de um *apartheid*, de um domínio que exerce uma soberania exclusiva e excludente.

Seria assim se não houvesse muitas outras variáveis em jogo que a teoria nos ensina como reconhecer, apesar da sua visibilidade não manifesta, variáveis que tornam o objeto literário – reconfigurado dentro de uma metaforologia político-social – um território de muitos conflitos. Um exemplo decorre do “estado de exceção” que instaura a prática lingüística e, portanto, a literatura também, pois, de acordo com Paolo Virno, a aplicação de uma norma contém sempre um fragmento de “estado de exceção” (VIRNO, 2006, p. 11). Virno aponta a presença de outras dimensões da história na práxis social como, por exemplo, a meta-história, ou o invariante biológico, que fazem com que, instalando-se em um determinado *pseudomeio* derivado da práxis social e política e em fase de transformação, a história natural acaba coincidindo com a história de um estado de exceção (VIRNO, 2003, p. 169).

Nesse horizonte de dimensões múltiplas, então, é sempre possível pensar em outra história literária e como a obra oferece sempre rupturas que transcendem a pura intencionalidade do autor. Poderíamos admitir, aliás, para proporcionar uma metáfora comparativa, que a obra literária funcionaria como a fotografia, assim como se define na clássica leitura de Roland Barthes (*A câmara clara*). Lembramos os dois elementos co-presentes, descontínuos e heterogêneos, que poderiam ser repensados de acordo com os conceitos estruturais – sempre de Barthes –, ou seja, o *studium* e o *punctum*. O primeiro é codificado e decorre do gosto, da expectativa, da participação do espectador (do leitor) em relação ao objeto e, no caso da literatura, o fato de se construir justamente como tal, a partir de um código, dum tradição, dum gosto. O segundo, o *punctum*, não codificado e in-codificável, é o que quebra a superfície do *studium*, e é justamente trauma, ferida, a fatalidade que pelo objeto fere o espectador (o leitor), ultrapassando a própria intencionalidade do autor. Por sua presença se modifica a leitura. Pode-se alegar que o efeito do *punctum* já está, por exemplo, precocemente presente, no romance maduro de Machado de Assis, na falsa ausência da representação do escravo. Tal abstencionismo machadiano, na verdade, é representação dos vácuos de representação. Portanto, as omissões acabam funcionando como *punctum* para o leitor (embora sua intencionalidade encoberta pela forma literária esteja fora de discussão).

Se quisermos, então em síntese, iconizar a questão, o problema, então, é o silêncio, o fora, a dimensão irrepresentada ou subrepresentada do oco e do vazio que a fissura do poder impede de enxergar. A voz (o corpo), clamando no deserto da exclusão

como produção biopolítica de um domínio que se canoniza, é a que o pós-estruturalismo tem procurado resgatar, pela hipoteca duma linguagem que é sempre excesso ou defeito, onde o silêncio é fundador das possibilidades e impossibilidades da linguagem.

Mas eu quero ficar fora dos discursos consagrados e, em debate, recuar a uma obra muito menos explicitamente valorizada e que, pelo contrário, representa ainda um instrumento potencialmente extraordinário e ainda pouco utilizado. Refiro-me a um caderno “especial” dos *Quaderni del carcere* de Antonio Gramsci, o nº 25 de 1934, com o título suprendentemente euclidiano de “Ai margini della storia (Storia dei gruppi sociali subalterni)”. O caderno fragmentário de Gramsci é interessante na perspectiva de repensar também uma história descentralizada dos grupos dominantes. Gramsci observa que a história dos grupos subalternos é necessariamente “desagregada e episódica” (GRAMSCI, 1995, p. 2283) e, para a elite, os elementos desses grupos sempre possuem algo de “barbárico e patológico” (p. 2279). Uma história à margem da história passa pela valorização de cada rasto de iniciativa autônoma dos subalternos por parte do historiador integral (p. 2284) e por um uso original de fontes indiretas que inconscientemente registam as aspirações elementares ou profundas dos grupos subalternos (p. 2290).

De uma leitura seletiva (BUTTIGIEG, 1999, p. 30-31) da subalternidade *gramsciana* se articula o âmbito crítico do grupo indo-inglês dos *Subaltern Studies*, que reelabora um aparato conceitual a partir de esquemas próprios do grupo de estudos formado em Delhi por Ranajit Guha. Tais esquemas decorrem de uma crítica dos modelos historiográficos, tanto de cunho colonialista como de matriz nacionalista que tinham omitido, por interesses diferentes, as tentativas insurrecionais das massas rurais. Como observa Edward Said – na introdução da primeira antologia de estudos subalternos, organizada por Guha e Spivak –, a principal lição que se pode extrair da leitura gramsciana, é que, como já vimos, onde há história há classe. Desse modo, o subalterno não surge como um absoluto, mas, sim, de uma articulação histórica – ou seja, de uma relação de dominação coercitiva ou ideológica em relação à classe dominante ou hegemônica (SAID, 2002, p. 20).

Tal abordagem inaugura, de qualquer modo, uma perspectiva, por assim dizer, “trágica” sobre a história, ou seja, a necessidade de proporcionar um resgate – talvez impossível – de narrativas não hegemônicas desprovidas substancialmente de rasto historiográfico, mas, ao mesmo tempo, mutiladas de apegos documentários ou testemunhais sobre os quais se constroem contra-narrativas. Desse ponto de vista, é forte, nos estudos subalternos, a preocupação meta-histórica de redefinir, através de um alto índice de contaminação interdisciplinar, um paradigma

indiciário capaz de dar conta, desconstrutivamente, das histórias submersas não narradas e problematicamente narráveis. Trata-se, afinal, como sempre Said observa, de um conhecimento suplementar que preenche vácuos, omissões e a ignorância de toda experiência da resistência indiana ao colonialismo (SAID, 2002, p. 24), integrando, portanto, parte dos silêncios lacunosos das narrativas coloniais ou nacionais.

O subalterno seria, pois, o silenciado pela história oficial, quem não tem condições de produzir discursos e cujo rasto longínquo de voz pode ser escutado só pelo discurso da elite e, portanto, permanece irrepresentado.

É fundamental, nessa perspectiva, pela sua dinâmica corretiva, a contribuição de Gayatri Spivak, que pode ser epitomizada na pergunta, provocatória e trágica, do título da versão de 1988 do ensaio famoso e polêmico “Can the subaltern speak?”, (“Pode falar o subalterno?”). Na sua mais radical versão originária, a ensaísta chega a definir um conceito operacional extremamente interessante que diz respeito ao subalterno, partindo do silêncio que o institui como “ausente da história”. Para Spivak, de fato, a categoria de qualquer modo heterogênea e diferencial do subalterno não poder falar, é como desvocalizada de qualquer discurso, no quadro dominante da violência epistêmica. Nessa chave, é interessante notar como o subalterno se define ontologicamente por um vazio de representação, pelo seu silêncio entre as vozes da história. Aliás, se o subalterno falasse, de certo modo perderia sua condição, saindo daquele estado de objeto de uma representação vicária constituída pelos aparatos de dominação. Aqui são as categorias próprias de representação que são postas em discussão e recolocadas em jogo, com um exercício próximo, se quisermos, da crítica trágica da testemunha da pós *Shoah*, que radicaliza a reflexão sobre a própria representabilidade da experiência historicamente destruidora do trauma extremo.

O silêncio não se quebra, mas, pelo contrário, se duplica quando a representação se torna vicária por parte da outra voz, a do autor.

De todos os ângulos, em suma, estamos plenamente no silêncio fundador do subalterno de que fala Spivak, em que o “ventriloquismo” – posição, aliás, ou para dizer melhor, fetichístico –, como o define com uma bela imagem (SPIVAK, 1988, p. 267), se torna um armamento de outras classes e discursos, descendente essencialmente das ambigüidades da representação que remetem sempre, como ela precisa, para um duplo, ancípíte significado. Por isso, toda representação, para produzir seus efeitos – a representação é, lembremos, também um ato performativo (ISER, 1987, p. 218-219) – deve sempre refletir sobre si própria, sobre seus modos, devendo ser, portanto, meta-representativa. As partidas dobradas, escorregadias, de fato, situam-se entre a representação em sentido político (falar por – *vertreten*) e a

representação no sentido estético como re-apresentação (falar de – *darstellen*). E a confusão entre os dois campos aprofunda a desvocalização do excluído e a representação se torna, assim e também, pelos artífices providos das melhores intenções, representações de “si própria em transparência” (SPIVAK, 1988, p. 270), isto é, amplificação e não redução do silêncio do subalterno.

Pensando na literatura brasileira, a obra que mais contribui para fundar o subalterno a partir do silêncio do excluído, do “outro” massacrado, que é pelo contrário a rocha viva denegada da nação, são *Os sertões* de Euclides da Cunha.

Na Bahia antes, e na escrita depois, Euclides tem um vislumbre excepcional – biopolítico, diríamos. No essencial, apreende que a violência do extermínio exhibe uma outra dimensão em jogo em prol da dominação: a introdução de uma cesura fundamental na reconfiguração (não coextensiva) da relação entre espaço e poder, que separa *povo* e *população*, capaz de transformar em corpo biológico, portanto expulsando-os do corpo político, grupos de excluídos no âmbito da soberania, fragmentando-se a nação justamente no plano da vida. Isso faz emergir o aspecto pavorosamente moderno da operação militar na Bahia, o arsenal sofisticado utilizado para apagar o resíduo insubordinado e arcaico, a substância biopolítica, poderíamos dizer, absoluta, o perfil do excluído como última fase da produção biopolítica que pode ser isolada no *continuum* biológico da nação.

Seu gesto produz um efeito duplamente histórico: por um lado, transforma o trauma em modo de ler a história nacional que não resulta assim, como até poderia parecer, esvaziada de historicidade, mas que, pelo contrário, se pode historicizar em uma contra-história, problematizando os silêncios, os vazios, as desvocalizações da história nacional. Por outro lado, tal reescrita histórica do massacre, nessa moldura, contribui para fundar literária e politicamente o subalterno.

N’*Os sertões*, no hiato do lustro que separa a cena traumática de que Euclides é testemunha da publicação da obra, algo muda na configuração do *sertanejo* sacrificial: se, de fato, nas reportagens enviadas de Belo Monte constam entrevistas e diálogos com os rebeldes, em *Os sertões*, pelo contrário, Euclides atua através de uma espécie de desvocalização. Os *sertanejos* falam pouco. São como que silenciados, fora algumas exceções (como a do acólito do Conselheiro, Antônio Beato, o Beatinho) que, como tal, mesmo por função e características, funcionam. A desvocalização é significativa e parece se inscrever naquele silêncio fundador do subalterno. Isso traz à tona um primeiro efeito relevante do gesto historicizador de Euclides, fundando, de fato, a categoria do subalterno na cultura brasileira e instituindo-a através do deserto e do silêncio. Em suma, Euclides desloca o problema da história não tanto no conteúdo, mas no modo como ela deve ser construída.

Nesse sentido, *Os sertões*, em sua aparentemente híbrida construção, proporcionam não só a fundação de uma história de classe do ponto de vista não hegemônico, mas a do vencido, de quem é derrotado e cujo corpo brutalmente é destruído. A obra também revela uma preocupação profunda com os problemas da representação, sobretudo com uma representação que vingue o deserto da barbárie moderna.

Aqui a história do ponto de vista do dominado pode encontrar uma sua paradoxal e extraordinária *faculdade*, fazendo com que o subalterno possa produzir uma representação. Isso ocorre, de modo complexo, pelos corpos degolados e humilhados que se tornam figuralmente vozes (murmúrios, rumores de fundo, de rastos vocais que resistem ao apagamento): o seu silêncio ostensivo emerge como verdadeira presença dos vazios da história e das representações consagradas.

Sempre Spivak, na revisão que realiza dez anos depois do ensaio de 88, em finais da década de 90, *A critique of postcolonial reason*, vira drasticamente sua posição com um caso concreto e mostra como, ainda que subsistam todos os vazios de representação dos subalternos, o subalterno *pode falar*. Fala através de textos outros e complexos, escrevendo com seu próprio corpo, falando além da morte, tornando seu corpo – como observa Spivak, tirando e adaptando o adjetivo da reflexão de Derrida sobre atos lingüísticos de *Margens da filosofia* (DERRIDA, 1997, p. 413) – “grafemático” (SPIVAK, 2004, p. 259). Spivak, começa por estudar, no ensaio, o rito *sati*, ou seja, a auto-imolação da viúva que, por sua condição de mulher, se faz o subalterno por excelência, segundo a mesma Spivak, na pira em que arde o corpo do marido. A seguir, evoca o suicídio, em 1926, em Calcutá Norte, de uma moça de 16-17 anos, Bhubaneswari Bhaduri, que foi encontrada morta enforcada. Imediatamente, a idade e as circunstâncias induzem a pensar em um suicídio por uma gravidez indesejada e ilícita, mas Bhubaneswari suicida-se justamente no momento do ciclo menstrual. Anos depois, sua irmã encontra uma carta, em que a suicida revela sua militância política na luta armada pela independência indiana: tinha recebido ordens de matar um político, mas, tendo falhado o atentado, para não expor ao risco seus companheiros, resolve se matar. Pelo seu gesto, observa a crítica, Bhubaneswari reescreve o texto social do suicídio *sati* em chave interventista. Através do gesto da deslocação (o período menstrual que constitui a inversão do interdito, porquanto a mulher não se pode imolar nesse momento impuro) subverte, pelo seu gesto, os textos hegemônicos de exaltação do *sati* da tradição e é essa circunstância que induz Spivak a rever sua posição, com uma inversão drástica e radical: *o subalterno pode falar* (SPIVAK, 2004, p. 317-318), pois, ainda que só de um certo modo, sua voz pode ser “interceptada” e escutada.

A importância de ler o silêncio, de escutá-lo e repensar a linguagem não como fala, mas como escuta de línguas impossíveis, como os dos corpos grafemáticos, coloca no centro da cena uma obra, canonicamente marginalizada, mas para mim fundamental para definir uma relação outra entre história literária e poder, que também traz à luz as vozes interdidas dos subalternos escravos, no contexto oitocentista da Casa Grande, antes da abolição. Trata-se de um livro não muito acessível nem sequer no Brasil (está esgotado já há alguns anos e com pouquíssimas reedições): *A menina morta*, obra publicada por um romancista anônimo, Cornélio Penna, em 1954. O romance foi traduzido para o francês há algum tempo e a edição portuguesa saiu recentemente em Portugal.

Em *A menina morta*, como no ensaio de Spivak, ainda que não no centro da “cena muda” está o presumível suicídio de Florêncio, escravo mulato, filho do senhor e de uma escrava. Quando lhe morre o pai biológico, a mulher do senhor em vez de alforriá-lo, vende-o por vingança ao proprietário da fazenda. O pano de fundo principal do romance é o Grotão, nas plantações fluminenses. Aqui o escravo é encontrado misteriosamente enforcado, mas na realidade aquilo que a narrativa deixa entender –sem dizer– é que se tratou, pelo contrário e provavelmente, de um assassinio, cuja razão é e ficará totalmente desconhecida.

Nesta narrativa melancólica e lutuosa sobre o patriarcado rural escravocrático, o leitor do romance lento e aparentemente estagnado, se encontra imerso numa experiência comum aos outros habitantes da Casa Grande: a interdição sistemática a todo tipo de informação. É ela que estabelece a condição de domínio em que se encontram mergulhados os familiares ou os agregados da Casa Grande, os escravos e justamente também o leitor que não conseguirá obter mais do que fragmentos muito parciais de uma verdade sempre mais fugidia e talvez definitivamente irrecuperável.

Mas este efeito de real que une o leitor à matéria narrada é apenas uma das múltiplas características do romance. A história que parece encravada, repetitiva em torno de um movimento cíclico, justamente estagnante, roda em torno da elaboração de um luto, a morte da sinhazinha do Grotão, precisamente a menina morta. É um luto que parece reunir todos, senhores e escravos, e que parece possuir um “significado legalizado” (COSTA LIMA, 1989, p. 264), ou seja, funcionar quase como um mito comunitário, holístico. Trata-se apenas de uma aparência, porque o clima opressivo da Casa Grande mostra a ameaça iminente de uma insurreição de escravos.

O enredo é extremamente exíguo. Depois do funeral da sinhazinha, a outra filha Carlota é obrigada a retornar do reino para a fazenda, porque se deverá casar, por ordem paterna, com o filho da latifundiária vizinha e, deste modo, salvar a propriedade

da crise. Mas a “substituição” não funciona. Carlota pronunciará um duplo não: um não ao casamento, mesmo tendo tentado aceitar as leis não escritas do patriarcado que a queriam esposa dócil às ordens do pai e do marido, e também à “propriedade” e ao patrimônio familiar, decidindo, com um gesto surpreendente e autônomo, muito antes da Abolição de 1888, libertar todas as centenas de escravos do Grotão.

Para além do enredo mínimo e disseminado por centenas de páginas, trata-se de um romance sobre o silêncio, aliás, sobre os silêncios da Casa Grande (MIRANDA, 1983, p. 69): o silêncio autoritário do Comendador; o silêncio na relação entre ele e a mulher; entre ele e os filhos aos quais pede obediência cega; entre ele e os membros da família patriarcal. O romance enfoca, sobretudo, o silêncio dos subalternos, ou seja, dos escravos, a emergir com força. E não é tanto ou apenas a representação do silêncio, mas é a representação das interdições, ligadas ao poder e ao exercício de uma exceção soberana plenamente funcional no espaço asfixiante e opressivo da Casa Grande, a definir-se, também, nos mecanismos recônditos de funcionamento do estado permanente de exceção que tudo domina. Em suma, uma narrativa sobre *como o subalterno não fala*. Como é evidente em algumas ocasiões extraordinárias (num romance que se abre com a voz de uma velha negra), há brechas, tal como se projetam na imagem fortíssima da velha escrava Joviana que fala à Sinhazinha, mostrando uma dupla boca, uma boca escondida atrás da boca silenciosa, aliás, emudecida (PENNA, 1958, p. 1136) ou, também, nas frases desconexas entre sentimentos e quase razões da outra escrava Libânia, cujas palavras afundam no abismo de sentidos da comunicação impossível:

Compreendia confusamente não poder ela própria explicar nada, pois não poderia tirar a verdade das coisas ouvidas, do visto e sentido guardados em sua memória, mas que se a Sinhazinha a escutasse tudo se tornaria claro e teria enorme significação, muito acima e além de suas forças. Estava, pois diante do desconhecido, do abismo que ameaçava devorá-lo e não poderia evitá-lo [...]. E pôs-se a falar, deixando correr livremente o afluxo de lembranças vindas à sua boca, em amálgama de coisas diferentes, ditas de forma incompleta e as mais das vezes sem coesão. (PENNA, 1958, p. 1185)

Portanto, a representação supera os limites impostos pela duplicidade escorregadia da representação do excluído, tornando-se *representação dos vazios da representação*. Com a imagem fortíssima e surpreendente que nos pode parecer paradoxal, mas é o resultado, pelo contrário, de um exercício testemunhal sutil e profundo, do terror – literalmente – que atinge os escravos – emudecidos, assustados, com os olhos esbugalhados e desconfiados – no momento em que Carlota lhes dá uma liberdade absolutamente inesperada, o que transforma o contexto, já

em si tenebroso, das senzalas arquitetonicamente contíguas às câmaras de tortura, numa paisagem fosca de ruínas.

O romance se torna o instrumento que traz à luz contra-histórias subalternas que se podem assim re-vocalizar nos corpos ou nos silêncios dos escravos. Sobretudo, como viu Luiz Costa Lima, configura-se uma contra-mitologia da *Casa Grande & senzala* de Gilberto Freyre e, ainda que distinguindo entre a especificidade de um ensaio e aquela de um romance, desarticula com um gesto forte a remitificação freyriana da mestiçagem como lugar de conciliação seminal da Nação, onde o negro era uma parte constitutiva fundamental, como produto do espírito de plasticidade e confraternização do colonizador (COSTA LIMA, 2004, p. 16-18). Tudo absolutamente falso, a ser desmistificado ainda que por uma outra criação mítico-histórica. Sabemos, pela reflexão atual sobre a aporia do testemunho, que a possibilidade de testemunhar decorre de um paradoxal ato de autor de uma impossibilidade de testemunhar e é isto que ocorre ao subalterno negro a partir de um romance marginal “pós-modernista” – além do mais, de um autor discriminado pelo próprio Modernismo (lembre-se o famoso rótulo de Mário de Andrade que considerava, em resenha de 1939, os de Penna “romances de antiquário”).

De qualquer modo, o subalterno fala. Apesar das historiografias literárias, ou pelos rastros problematicamente detectáveis dentro delas. A sua é uma história que, tal como diz Gramsci nos *Quaderni*, se coloca à margem da história, história esta, a dos grupos subalternos, necessariamente dilacerada e fragmentária. O problema, como bem se depreende da deslocação dos estudos subalternos para a América Latina, se inscreve em uma mudança radical da escrita para a escuta dos rastros de corpos e vidas discriminadas e excluídas, desprovidas de peso historiográfico que deixam só flébeis escritas, duvidosos marcos, anônimos despojos. Haverá um dia uma história literária capaz de escutar os inúmeros e ruidosos silêncios que se disseminam nela?

Abstract

*Can we rethink the space of literary history, which structures itself, as a canon, in terms of force and power, introducing the concept of the subaltern's empty representation in order to question power and bio-power influence on literature? Such a problematic act, limited to some case studies (novels as Euclides' *Os sertões* and Cornélio Penna's *Menina morta*) – although with the wider aim to re-think new edges for an antagonist literary historiography –, approaches the complex critical question, deepening the engaged attempts carried out in order to critically incorporate the "homo sacer", the excluded. It is clear that, in many cases, the intent of redemption have clashed with the tragic impasses of the unviability of representation, except for the effort to "listen" to the syncopate voice of resistance that remains in a text. At the same time, it is important to assume, from such a perspective, the relationship between history and natural history, a link that, in spite of its internal tensions, may facilitate the emergence of residuals of power relations involved in any representation.*

Keywords: *Subalternity. Literary history. 'Gramematic' bodies. Os sertões. A menina morta.*

Referências

- ALVIM, Francisco. *Elefante*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ANDRADE, Mário de. Romances de um antiquário. In: _____. *O empalhador de passarinho*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2001.
- BARTHES, Roland. *La camera chiara: nota sulla fotografia*. Torino: Einaudi, 1980.
- BUTTIGIEG, Joseph A. Sulla categoria gramsciana di 'subalterno'. In: BARATTA, G.; LIGUORI, G. (Org.). *Gramsci da un secolo all'altro*. Roma: Riuniti, 1999. p. 27-38.
- COSTA LIMA, Luiz. Sob as trevas da melancolia: o patriarcado em *A menina morta*. In: _____. *As aguarrás do tempo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989. p. 239-284.
- _____. *O romance de Cornélio Penna*. 2. ed. rev. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

- CUNHA, Euclides da. *Os sertões: campanha de Canudos*. Ed. crítica de Walnice Nogueira Galvão. São Paulo: Ática, 1998.
- DERRIDA, Jacques. *Margini della filosofia*. Torino: Einaudi, 1997.
- GRAMSCI, Antonio. Ai margini della storia (storia dei gruppi sociali subalterni), Quaderno 25 (XXIII) 1934. In: _____. *Quaderni del Carcere*. Ed. critica a cura di Gerratana V. Torino: Einaudi, 1975. v. III, p. 2277-2294.
- ISER, Wolfgang. Representation: a performative act. In: KRIEGER, M. (Org.). *The aims of representation*. New York: Columbia, 1987. p. 217-232.
- MIRANDA, Wander Melo. A menina morta: a cena muda. *O Eixo e a Roda*, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 69-76, 1983.
- PENNA, Cornélio. A menina morta. In: _____. *Romances completos*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1958.
- SAID, Edward W. Introduzione. In: MEZZADRA, S. *Subaltern studies: modernità e (post)colonialismo*. Verona: Ombre corte, 2002. p. 19-28.
- SCHWARZ, Roberto (Org.). *Os pobres na literatura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Can the subaltern speak? In: NELSON, C.; GROSSBERG, L. (Org.). *Marxism and the interpretation of culture*. Urbana: University of Illinois Press, 1988. p. 271-313.
- _____. *Critica della ragione postcoloniale: verso una storia del presente in dissolvenza*. Roma: Meltemi, 2004.
- VIRNO, Paolo. *Quando il verbo si fece carne: linguaggio e natura umana*. Torino: Bollati Boringhieri, 2003.
- _____. *Motto di spirito e azione innovativa: per una logica del cambiamento*. Torino: Bollati Boringhieri, 2005.